

Revista

FEBASE

Ano V
N.º 46
1,50 €
Outubro de 2014

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz



Novo Banco conta com todos os trabalhadores



**Alterações
ao Código do Trabalho
descaracterizam matriz do Direito**

14



**Negociação coletiva
está em declínio**

6

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomáz Braz – SISEP

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 062/090
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 63.450 exemplares
(sendo 5.450 enviados por correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

SINDICAL | Conferência Internacional da UGT
Especialistas debateram negociação coletiva **4**
O projeto CAWIE **5**

Visto de fora | Reinhard Naumann
A crise atual na negociação coletiva – causas e efeitos **6**

CONTRATAÇÃO | Seguros
Igualdade de género no CCT **9**

CONTRATAÇÃO | Banca
Braço de ferro no ACT **10**
CGD quer encerrar balcões **10**
Novo Banco garante não ter plano para reestruturação de pessoal **11**

Atualidade | Orçamento do Estado 2015
Sim, vamos continuar submersos em impostos **12**

QUESTÕES | Jurídicas
As recentes alterações ao Código do Trabalho: algumas notas **14**

TEMPOS LIVRES | Nacional
Quando caminhar também faz bem ao estômago **18**
Pesca de Rio: Manuel Inácio finta a Ratoeira e sagra-se campeão **19**
Tiro: João Gouveia conquista cetro **19**



Texto: **DELMIRO CARREIRA**

Um conjunto de problemas
cuja solução não deixará
de ter repercussões nas contas
do Estado e, por via disso,
no bolso dos cidadãos
portugueses

Novo Banco – novos custos para todos

As notícias, comentários e análises sobre as questões associadas ao Novo Banco surgem todos os dias. São as comissões dos submarinos pagas à ESCOM, ligada ao Grupo BES; é o terramoto que está a abanar a PT por causa da Rio Forte, ligada ao Grupo BES; é a passagem a acionista do BESI (banco angolano que engoliu muitos milhões do BES), como contrapartida de empréstimos supostamente não reembolsáveis, etc., etc. Enfim, é todo um conjunto de problemas cuja solução não deixará de ter repercussões nas contas do Estado e, por via disso, no bolso dos cidadãos portugueses.

O Primeiro-Ministro diz que indiretamente os contribuintes poderão vir a ser chamados a suportar alguns custos com a venda do Novo Banco, caso esta não chegue para cobrir os montantes injetados pelo Fundo de Resolução, para o qual o Estado contribuiu diretamente em larga parte e, indiretamente, através da CGD. Precisamente o contrário do que foi afirmado no momento da decisão de criar o Novo Banco.

O Presidente da República – que cada vez mais aparece como uma das partes relevantes na solução encontrada, não falando na já triste intervenção a propósito do célebre aumento de capital do BES que tantos prejuízos acarretou

para quem acreditou nas suas palavras e nas do Governador do BdP, nomeadamente pequenos acionistas sem informação privilegiada, nos quais se contam trabalhadores e reformados do BES – vem agora dar uma aula para explicar que os prejuízos que a CGD possa ter resultam da sua atividade mercantil e que por isso não podem os contribuintes queixar-se de menores lucros que o banco do Estado apresente. Por outras palavras: menos lucros, menos entrada de receitas nos cofres do Estado, mais impostos para tapar o buraco.

As aldrabices feitas pela família Espírito Santo vão ainda ter consequências ao nível dos postos de trabalho já perdidos ou que vierem a ser eliminados em todo o Grupo e no conseqüente aumento das despesas sociais inerentes, que são custeados pelos contribuintes.

Uma nota final para registar que mesmo os prejuízos que o Fundo de Resolução venha a ter acabarão por refletir-se nos clientes dos bancos, trabalhadores e na parte fiscal: menos lucros significam procura de mais comissões a cobrar aos clientes, menos custos com as remunerações dos trabalhadores e menos IRC a entregar ao Estado – que terá de ser compensado. ■



21
Bancários
Centro



24
Bancários
Norte



26
Bancários
Sul e Ilhas



28
STAS Actividade
Seguradora



30
SISEP Profissionais
de Seguros



SISEP na revista Febase

O Sindicato dos Profissionais de Seguros de Portugal (SISEP) inicia neste número a sua participação na revista.

Tal como os restantes Sindicatos, o SISEP passará estar representado na direção da revista, através de um diretor adjunto, e no conselho editorial. Do mesmo modo, contará com páginas próprias para a divulgação das suas atividades.

O SISEP, recorde-se, é um dos cinco Sindicatos fundadores da Federação do Setor Financeiro.



Os oradores em conversa com o secretário-geral da UGT

Especialistas debateram negociação coletiva

Decisões políticas bloqueiam contratação

Na maioria dos países europeus, a negociação coletiva está em declínio e abrange cada vez menos trabalhadores. Medidas de austeridade e a não emissão de Portarias de Extensão muito contribuíram para esta situação

Texto: PEDRO GABRIEL

O auditório do CEFOSAP, nas Orlas, Lisboa, quase não chegou para albergar todos os que quiseram assistir à conferência "Negociação coletiva na Europa: tendências atuais e perspectivas futuras".

O secretário-geral da UGT, Carlos Silva, e Reinhard Naumann, representante da Fundação Friedrich Ebert em Portugal, foram os cicerones do encontro, que contou também com a presença de Thorsten Schulten, do Instituto Económico e Social/WSI; Guy van Gyes, da Universidade de Lovaina; Francisco Trillo, da Universidade de Castilla - La Mancha e Soren Kaj Andersen, da FAOS, Copenhaga.

Carlos Silva foi o primeiro a usar da palavra ao mostrar-se extremamente satisfeito por um auditório cheio. O secretário-geral relevou a importância deste encontro numa altura em que os progra-

mas de ajustamento financeiro têm tido efeitos nefastos na negociação coletiva e na vida dos trabalhadores. "Passámos de dois milhões de trabalhadores abrangidos pela negociação coletiva em 2008 para 200 mil no final de 2013. Tivemos o mecanismo das Portarias de Extensão suspenso durante estes três anos, uma política salarial restritiva, com cortes cegos sobretudo na administração pública, quer ao nível dos salários quer das pensões dos reformados e aposentados", referiu.

Uma plateia bastante atenta não se coibiu de colocar questões e de contribuir para o debate, procurando saber a opinião dos oradores em matérias sensíveis tanto para Portugal como para a Europa, como o aumento do salário mínimo.

Portarias de Extensão são essenciais

Thorsten Schulten abriu o painel de oradores tendo trazido os últimos desenvolvimentos nas políticas salariais na Alemanha e as tentativas de reforçar a negociação coletiva, nomeadamente a criação de uma nova lei que introduz um salário mínimo fixo de 8,5 €/h a partir de janeiro de 2015. Schulten munuiu-se de gráficos para explicar que o número de pessoas abrangidas pela negociação coletiva na Alemanha tem baixado drasticamente entre 1998 e 2013, o que obrigou a pensar em alternativas.

Thorsten Schulten referiu que este debate sobre o salário mínimo nacional "causou grande controvérsia na Alemanha nos últimos dez anos porque muita

gente tinha receio que afetasse a competitividade do país". Para Schulten tal não faz sentido, já que a falta de acordos coletivos e Portarias de Extensão mostra precisamente o contrário, e deu o caso português como exemplo. "Com a entrada da troika a negociação coletiva ficou bastante enfraquecida. O governo alemão também é responsável por isso".

Em jeito de conclusão, Thorsten Schulten explicou que na maior parte dos países europeus o uso frequente de Portarias de Extensão é uma condição prévia para uma alta cobertura da negociação coletiva e Portugal é o exemplo proeminente, onde a sua perda tem levado a um declínio dramático da negociação coletiva.

Thorsten Schulten, Reinhard Naumann, Soren Kaj Andersen e Francisco Trillo durante a conferência



Por último, Schulten referiu que a Alemanha, contrariando a tendência europeia, está a tentar reforçar o uso de Portarias de Extensão, de forma a que a negociação coletiva abranja o maior número possível de trabalhadores.

O caso espanhol

No entendimento de Francisco Trillo, as políticas de austeridade que têm sido implementadas afetam a negociação coletiva e acabam por "reduzir a força e a plena capacidade dos sindicatos", contribuindo também para um retrocesso no desenvolvimento dos países.

No caso espanhol, a introdução destas políticas de redução salarial afetam a negociação coletiva e "levaram a uma alteração radical dos marcos institucional e constitucional das relações laborais", fazendo com que os políticos vejam a negociação coletiva como um obstáculo ao desenvolvi-

mento económico. Para Trillo, em última instância é sempre a vontade do empregador a prevalecer e é vista neste momento como principal fonte de regulação laboral.

O professor da Universidade de Castilla - La Mancha deixou ainda as causas que levaram à necessidade de uma discussão acerca do futuro da negociação coletiva e o do próprio sindicalismo, nomeadamente uma redução qualitativa e quantitativa das convenções coletivas (redução na cobertura da negociação coletiva, desvalorização do salário e do horário laboral e aumento do trabalho precário) e a perda de poder negociador dos sindicatos.

Haverá cobras no paraíso?

A pergunta foi feita por Soren Kaj Andersen e é também o título da apresentação que trouxe ao debate. Diz respeito aos modelos de trabalho nos países do Norte da Europa, vistos como exemplo para os restantes países da UE.

Andersen afirma ser verdade que as economias nórdicas estão de boa saúde no que diz respeito à evolução salarial e ao desemprego, embora alguns setores tenham dificuldade em acompanhar essa evolução salarial, naquilo que refere ser "uma pequena cobra que se pode encontrar no paraíso".

Para Andersen, apesar de ter havido uma descida acentuada da influência sindical nos países nórdicos, os sindicatos continuam a ser um importante veículo de pressão. Mas deixa no ar algumas perguntas: será que os empregadores vão continuar a apoiar a negociação coletiva? Haverá mais sindicalizados sem acordos coletivos nos próximos anos?

O dinamarquês referiu ainda que os setores mais problemáticos para a negociação coletiva são aqueles que apresentam baixos níveis de sindicalização e cuja mão-de-obra é emigrante: setores da limpeza, restauração e hotelaria, agricultura e construção civil, entre outros. ■

O projeto CAWIE

Guy van Gyes é, a par de Thorsten Schulten, um dos coordenadores do projeto CAWIE (Collectively Agreed Wages in Europe), uma iniciativa que produziu, na sua primeira fase, uma base de dados sobre os salários obtidos na negociação coletiva em dez países da União Europeia.

Na sua intervenção, Guy van Gyes explicou que a principal missão deste projeto passa por investigar e descobrir novas formas de melhorar a situação dos trabalhadores nos países europeus e promover o diálogo social na União Europeia.

Para este investigador, a Europa tem assistido a políticas de congelamento de salários como forma de restaurar a competitividade e fazer crescer a economia, algo que já se provou dar maus resultados.

Guy van Gyes acredita ser necessário um modelo económico alternativo, que possa manter os custos sob controlo. "Precisamos de outro tipo de coordenação onde a competitividade não seja o fator-chave. Temos de nos unir para encontrar uma solução", explicou.

O exemplo de Portugal, que também está abrangido pelo projeto CAWIE, foi abordado por Van Gyes, que referiu que as políticas levadas a cabo pela troika contribuíram para uma decadência da negociação coletiva, precisamente na altura em que mais era necessária. ■

A crise atual na negociação coletiva – causas e efeitos

O programa de ajustamento alterou as relações de força na sociedade portuguesa. Os trabalhadores foram enfraquecidos a nível individual e coletivo, considera o investigador e representante da Fundação Friedrich Ebert em Portugal

A negociação coletiva é uma das instituições fundamentais do modelo social português, com uma importância semelhante à negociação noutros países europeus com tradições mais longas de democracia e Estado social. A negociação coletiva é um instrumento central para a defesa de condições de trabalho dignas e para uma redistribuição da riqueza mais justa, mas não só. É também uma forma de participação democrática dos trabalhadores assalariados na vida económica e social do País.

Em Portugal, a negociação coletiva livre nasceu nos anos a seguir à Revolução. Sofreu ao longo das décadas muitas alterações, mas as características centrais mantiveram-se até há muito pouco tempo, nomeadamente a dominância das convenções a nível de sector (CCT). As convenções coletivas representam até hoje um elemento muito importante



na regulação das relações de trabalho em quase todos os setores de atividade. Os Quadros de Pessoal de 2012 indicam que a cobertura das convenções existentes chega quase aos 90%, mesmo nestes tempos de profunda crise da ne-

gociação coletiva enquanto PROCESSO.

A esmagadora maioria dos trabalhadores está abrangida por alguma convenção coletiva, mas muitas delas estão desatualizadas. Estima-se que entre 2000 e 2010 a cobertura das convenções revistas em cada ano se tenha situado entre os 40% e os 60%. Isto significa que a negociação coletiva enquanto processo é muito menos regular e abrangente do que indica a taxa de cobertura global de todas as convenções existentes.

Períodos de rutura*

Podemos identificar dois períodos em que essa irregularidade se agravou de forma dramática. O primeiro desses períodos foi curto. Em 2004, um ano depois da aprovação do Código do Trabalho, o número de convenções publicadas e de trabalhadores abrangidos por elas caiu para menos de metade do nível médio dos anos anteriores, mas já em 2005 começou a recuperar. O segundo período iniciou-se em 2011 (ano da assinatura do Memorando de Entendimento com a troika) e desde 2012 os

números de convenções publicadas e de trabalhadores abrangidos mantêm-se a um nível extremamente baixo. Estamos perante uma profunda crise da negociação coletiva em Portugal.

O gráfico 1 mostra que os dois períodos de rutura na negociação coletiva têm um aspeto em comum: em 2004 o Ministério do Trabalho deixou de publicar Portarias de Extensão, e em 2011 aconteceu o mesmo depois da mudança de Governo. É preciso discutir se foi essa política de não-emissão de PE que provocou as duas ruturas na negociação.

A profundidade da crise atual torna-se ainda mais visível se olharmos para a evolução do número de trabalhadores abrangidos pelas convenções coletivas (ver gráfico 2).

A rutura nas negociações desde 2011 terá várias causas, nomeadamente a crise económica e financeira, a austeridade imposta pela troika e a redução drástica do número de Portarias de Extensão. O fim do "programa de ajustamento", a lenta e frágil recuperação económica e a mais recente alteração da regulamentação das Portarias de Ex-

tensão (Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/2014, de 26 de junho) não garantem uma forte retoma do processo de negociação coletiva.

Incentivo ao bloqueio

O governo nacional e a troika demonstram pelos seus atos que não querem a dinamização da negociação coletiva, pelo contrário. Uma leitura atenta do Memorando e das suas revisões e uma análise objetiva da política do Governo não deixam dúvidas: sob o pretexto de "descentralizar", o poder político tenta acabar com a negociação a nível dos setores, mas não faz nenhum esforço sério de dinamizar a negociação a nível das empresas. De facto, o número de Acordos de Empresa (AE) desceu de 87 em 2009 para 40 em 2012.

O número de trabalhadores abrangidos por AE caiu de forma muito mais acentuada, de 38 mil em 2010 para 9.909 em 2012. Em 2013 houve 49 AE e no primeiro semestre de 2014 publicaram-se 40, mas não sabemos quantos trabalhadores esses acordos abrangeram. Não sabemos porque a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), que produz as estatísticas sobre a negociação coletiva, deixou de publicar esses números. O site da DGERT encontra-se "em manutenção" (<http://www.dgert.mtss.gov.pt/>).

Mesmo sem acesso aos dados mais recentes (2013 e 2014), podemos concluir que o discurso oficial da "descentralização" não tem substância. A política atual não promove a descentralização, promove o bloqueio das negociações, quase completo a nível setorial e em parte a nível das empresas.

O efeito da crise na negociação é o congelamento dos salários de grande parte dos trabalhadores. Um prolongamento da crise põe em risco a existência da negociação em si. Parece que só com uma mudança radical da atitude do Governo será possível sair do atual impasse. Até agora o atual Executivo não deu sinais de estar com vontade de fazer essa mudança, e as recomendações da UE a Portugal não apontam nessa direção.

O "programa de ajustamento" imposto pela troika e implementado com entusiasmo pelo Governo alterou as relações de força na sociedade portuguesa. Na relação salarial, os trabalhadores foram enfraquecidos a nível individual (tornou-se mais

Gráfico 1

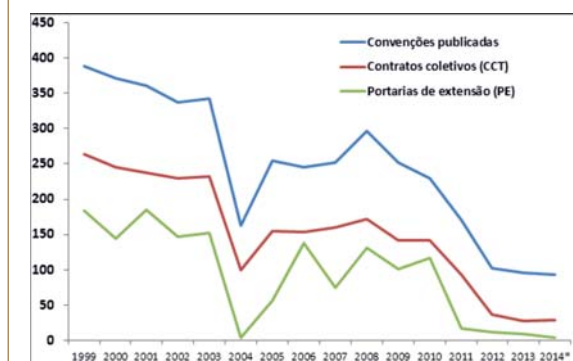
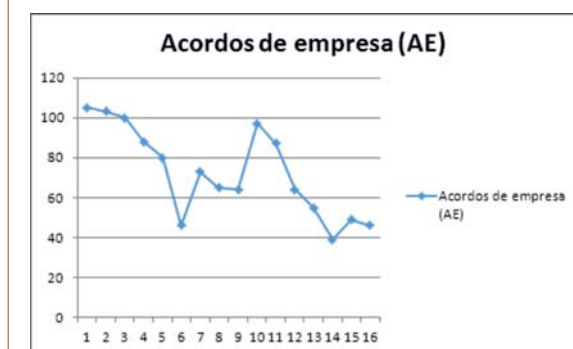


Gráfico 2



Gráfico 3



Fonte: DGERT - Variação Média Ponderada Intertabelas 1999-2012; Boletim Estatístico - Emprego-Trabalho-Formação Profissional fevereiro de 2014 e agosto de 2014
Nota: 2014, só janeiro até junho

Relações de trabalho no centro da vida



Reinhard Naumann

Natural de Münster (Vestfália), Alemanha, Reinhard Naumann licenciou-se em Ciência Política na Philipps-Universität Marburg. Em 1991 mudou-se para Portugal, para colaborar num projeto de investigação sobre o tema "The Emerging Pattern of Industrial Relations in Portugal" (1991-1994). Começou a sua carreira de investigador e consultor free lance em 1995, primeiro no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE) e posteriormente no Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica (DINAMIA-CET/ISCTE-IUL).

Desde 1996 é representante da Fundação Friedrich Ebert em Portugal. Em 2006 foi nomeado diretor adjunto do Centro Nacional do European Industrial Relations Observatory (EIRO) em Portugal e é ainda correspondente do European Employment Policy Observatory (EEO).

Tem publicado artigos científicos em algumas obras de referência na área das relações coletivas de trabalho. ■

Igualdade de género no CCT

Os sindicatos da Febase do setor segurador vão apresentar à APS uma proposta de redação da convenção que inclua a igualdade e a não discriminação



TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA*

Fruito de uma recente formação sobre a Igualdade e Não Discriminação de Género, surgiu a ideia de abordar este tema tão interessante no contexto da contratação coletiva.

Consultando o CCT da atividade seguradora, numa perspectiva de igualdade de género, constata-se com alguma surpresa, pela positiva, que afinal não existe assim tanta matéria para corrigir. Em parte porque a imposição da lei veio acelerar esse processo, mas igualmente devido ao bom senso dos negociadores.

O que há então para dizer sobre a igualdade e não discriminação no CCT da atividade seguradora?

Em primeiro lugar é importante referir ou relembrar que os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho podem e devem refletir as normas legais sobre a igualdade e a não discriminação.

Se fizermos uma viagem a um passado não muito longínquo constatamos que este foi um tema até aqui pouco considerado. Basta termos em atenção que no anterior CCT constava ainda um capítulo designado por "Regimes Especiais", onde se incluía uma cláusula intitulada "da mulher trabalhadora", que concedia direitos especiais às mulheres pela amamentação, pela sua condição fisiológica, e um regime de trabalho a tempo parcial destinado às suas responsabilidades familiares.

Ora ainda que esta cláusula tenha sido uma discussão polémica pela altura da revisão global do CCT, e sendo os Sindicatos sentados à mesa das negociações sensíveis à questão de se tratar de um direito adquirido pelas trabalhadoras, não podemos deixar de aceitar que efetivamente esta cláusula violava não só o regime legal mas, acima de tudo, os princípios da igualdade e não discriminação, não abonando a favor das mulheres.

De acordo com o princípio da igualdade e não discriminação estão impedidos de serem atribuídos dias de dispensa ou falta à mulher, nomeadamente "por ocasião dos ciclos fisiológicos", sem que esta tenha uma justificação por razões objetivas, de parentalidade ou outras.

A CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego considera mesmo que esta referência não constitui uma medida de ação positiva (art.º 27.º do Código do Trabalho), dado que não permite garantir o exercício, em condições de igualdade, dos direitos previstos na lei.

Mais, refere ainda a CITE que "este tipo de cláusulas, sem prejuízo do reconhecimento do enquadramento histórico em que foram redigidas, pode inclusive contribuir para acentuar modelos culturais e tratamentos discriminatórios das trabalhadoras face aos trabalhadores".

Com estes argumentos, a própria CITE sugere a eliminação deste tipo de cláusula porquanto viola o regime imperativo de faltas, ao mesmo tempo que atribui o direito à mulher trabalhadora de faltar apenas porque sim, sem que se estabeleça a relação das faltas com a parentalidade.

A possibilidade de faltar apenas para as mulheres trabalhadoras é ilegal, por discriminação de género, não devendo por isso constar dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho.

Os Sindicatos do setor segurador da Febase congratulam-se por terem contribuído para a regularização dessa situação na redação do atual CCT, independentemente de não ter sido nos moldes que aspiravam. A negociação tem este óbice e não foi aceite alargar a cláusula também a homens abrangendo situações de mal-estar pontual, como as cefaleias ou outro tipo de

doença crónica que impossibilita a comparência no local de trabalho por um período muito curto sem necessidade de recorrer a uma baixa médica.

Quanto à questão da amamentação e das responsabilidades parentais, o legislador deliberou sobre o regime da parentalidade, sendo atualmente considerado um regime à parte, específico. Este já ressalva o direito tanto do pai como da mãe relativamente às responsabilidades parentais. Até aqui a parentalidade era considerada com um direito específico das mulheres trabalhadoras, e não como direitos partilháveis por ambos os progenitores. Significava uma discriminação dos homens trabalhadores que são pais, e ao mesmo tempo uma sobrecarga da mulher trabalhadora nesta área, violando o artigo 24.º do CT e o regime de parentalidade previsto no art.º 33.º e seguintes do mesmo diploma.

Colocada de lado a questão da cláusula discriminatória do género, constata-se que há arestas a limar e aspetos a melhorar ainda que sejam superficiais. A um nível mais profundo é necessário trabalhar a mente, a comunicação é de extrema importância dado que o que é dito, isto é, o que é apreendido conscientemente, naturaliza o que não é dito, aquilo que é apreendido de uma forma inconsciente.

O atual CCT da atividade seguradora carece da utilização de uma linguagem escrita neutra, inclusiva e não discriminatória, pelo que os sindicatos da Febase do setor segurador estarão dispostos a apresentar junto da APS uma proposta de redação que inclua a igualdade e a não discriminação.

A mudança começa com um pequeno passo.

*Membro da equipa negociadora

Viagens em Grupo

com Guia-Acompanhante OasisTravel durante toda a viagem

EXCLUSIVOS OASISTRavel - SELECÇÕES 2014/15

Fim-do-Ano no Rio Janeiro | 30 Dez. – 2.992€

7 dias | 4 refeições | H.Windsor Atlântica 5* (1ª linha praia Copacabana)

Grande Circuito no Brasil incl. Fim-do-Ano no Rio | 30 Dez. – 4.494€

(Iguaçu, Brasília, Amazônia,...) 11 dias | 12 refeições | Hotéis 4*/5*

Hong-Kong e Macau no Fim-do-Ano Chinês | 17 Fev. – 2.624€

8 dias | 9 refeições | Hotéis 4* | Participação nas comemorações

Cruzeiro Itália, França e Baleares | 23 Março – 1.192€

8 dias | Pensão Completa | Navio Costa Diadema

Cruzeiro Dubai e Omã | 27 Março – 1.992€

8 dias | Pensão Completa e excursões em todos os portos | Costa Serena

Israel & Jordânia | 1 Maio – 2.296€

12 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

País Basco | 19 Maio – 660€

6 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

Amsterdão – Festa das Flores | 1 Maio – 996€

3 dias | 5 Refeições | Hotel 4*

Japão Fascinante | 10 Maio – 3.492€

11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

Grande Circuito Açoriano 6 Ilhas | 15 Junho – 1.526€

8 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

Colômbia | 6 Julho – 3.248€

10 dias | 15 refeições | Hotéis 5*

Tesouros da Sérvia | 14 Jul. – 1.296€

8 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/3*

E muitos outros destinos... Consulte-nos

Consulte-nos e aproveite **CONDIÇÕES ESPECIAIS e DESCONTOS FEBASE !!**

Pagamentos até 18 meses rigorosamente **sem juros ou encargos** (dependendo das datas da viagem e da inscrição)

Acompanhamento OasisTravel durante toda a viagem

Oferta Taxa de Reserva

Oferta Seguro de Viagem VIP



OASISTRavel

28 ANOS de confiança

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

LISBOA - MQ POMBAL
213 193 600
outgoing@oasistravel.net

LISBOA - AV. ROMA
218 411 700
groups@oasistravel.net

SETÚBAL
265 237 674
setubal@oasistravel.net

www.oasistravel.net



Braço de ferro no ACT

Febase e instituições de crédito continuam sem se entenderem em algumas das matérias de maior relevância. Na última sessão de negociações as partes dedicaram-se a uma nova análise de cláusulas menos polémicas

TEXTO: INÊS F. NETO

Depois de o grupo negociador das instituições de crédito subscritoras do ACT do setor bancário (GNIC) ter anunciado, na sessão de 7 de outubro, que os bancos já tinham feito o esforço possível de aproximação às pretensões da Febase e que não poderiam ir mais além, a reunião de

dia 21 foi preenchida com a análise de um documento apresentado pela parte patronal sobre a redação de algumas cláusulas em que o entendimento poderá estar mais próximo.

Em causa estão temas como as condições e critérios para admissão na banca, avaliação de desempenho, isen-

ção de horário, faltas e conceito de retribuição. O documento das IC é uma resposta à proposta da Febase.

A Febase ouviu as explicações do GNIC, e embora em alguns dos casos tenha dado o seu eventual acordo à redação proposta, noutros manifestou-se claramente contra. É exemplo disso a avaliação de desempenho. Nesta matéria as IC recusam-se a verter para o ACT critérios genéricos a cumprir, alegando que os modelos aplicados nos bancos são muito diferentes entre si, não sendo possível encontrar um mínimo denominador comum. A Febase recusa esta interpretação, insistindo na definição de normas mínimas.

Impasse

As negociações de revisão do ACT estão, de alguma forma, num impasse. Face ao desentendimento em algumas das matérias nucleares da convenção coletiva, as partes optaram por prosseguir com a discussão de temas eventualmente menos polémicos mas importantes, deixando, para já, o debate das outras questões para mais tarde.

Para a Febase, a posição das IC denota intransigência, o que se verifica até em assuntos que não acarretam aumento de despesa, mas nas quais insistem na sua versão.

A Federação não aceita esta atitude, considerando que uma negociação pressupõe cedências de parte a parte para se alcançar o entendimento.

A convenção que eventualmente resulte destas negociações tem de ser favorável para trabalhadores e bancos, permitindo o desenvolvimento de empresas saudáveis e capazes de contribuir para o tecido económico do País, mas também respeitando o direito dos trabalhadores a boas condições laborais.

Um ACT que não cumpra este desiderato nunca terá o acordo da Febase. ■

CGD quer encerrar balcões

A Febase teve conhecimento de que a Caixa pretende encerrar cerca de quatro dezenas de balcões

TEXTO: INÊS F. NETO



A Febase soube que a Caixa Geral de Depósitos tem intenção de encerrar cerca de 40 balcões em todo o País, no âmbito do compromisso assumido com a Direção Geral da Concorrência Europeia (DGComp) ao recorrer ao plano de recapitalização da banca.

Segundo a Federação apurou, os trabalhadores afetos aos balcões a encerrar serão transferidos para outros, o mais próximo possível.

Face a esta informação, a Febase solicitou já à administração da Caixa uma reunião com caráter de urgência, com o objetivo de obter esclarecimentos e acordar uma forma de monitorização do processo.

Sendo a CGD um banco público, deve assegurar a bancarização do País, pelo que a Febase espera que a administração respeite esse objetivo e não feche balcões em locais onde não exista outra resposta para as populações.

Logo que tenha mais pormenores sobre a situação, a Federação informará os trabalhadores, através dos respetivos Sindicatos. ■

Novo Banco garante não ter plano para reestruturação de pessoal

Stock da Cunha assegurou à Febase que conta com todos os trabalhadores da instituição para criar valor

TEXTO: INÊS F. NETO

Uma delegação da Febase foi recebida pelo administrador do Novo Banco no dia 7, na primeira reunião da equipa de gestão com os Sindicatos do setor.

No encontro, Eduardo Stock da Cunha garantiu aos Sindicatos da Febase que a administração não tem previsto qualquer plano de reestruturação da rede de agências ou do quadro de pessoal.

Pelo contrário, afiançou que a instituição está a contar com todos os seus trabalhadores para cumprir a missão a que se propôs: ganhar quota de mercado e aumentar o valor do Novo Banco. Objetivo que só será alcançado com o empenho de todos os trabalhadores.

Stock da Cunha afirmou pretender que quando um dia o Novo Banco for adquirido esteja em melhores condições do que está hoje ou até do que já esteve no passado.

A Febase manifestou a sua preocupação com o futuro dos trabalhadores da instituição, lembrando o profissionalismo e competência dos bancários portugueses, nomeadamente dos do Novo Banco, cuja atuação tem demonstrado uma enorme dedicação, motivação e capacidade de resistência.



Reunião com Primeiro-Ministro

A Febase tem desenvolvido uma série de contactos com responsáveis aos mais diversos níveis, com o objetivo de manifestar a sua preocupação com o futuro dos trabalhadores do Novo Banco.

Nesse sentido, e antes mesmo do encontro com a administração da instituição, os Sindicatos da Febase integraram a delegação da UGT que se reuniu com o Primeiro-Ministro, encontro que contou também com a presença da ministra das Finanças.

A reunião, que se realizou no dia 1, teve como único ponto da agenda a obtenção de informações sobre o futuro do Novo Banco.

Sendo os trabalhadores e os postos de trabalho a preocupação central dos Sindicatos, o tema dominou a reunião.

Não desvalorizando de forma alguma a sustentabilidade do sistema financeiro português, a Febase considerou que a integração do Novo Banco numa instituição já a operar no País poderá provocar uma concentração do mercado bancário nacional, a que a DGComp se opõe, de acordo com as imposições que fez de redução no Millennium bcp.

Para a Febase ficou claro na reunião que existe por parte do Governo a preocupação de garantir o melhor valor na transação do Novo Banco, bem como também procurará assegurar o maior número possível de postos de trabalho – o que foi confirmado na reunião com Stock da Cunha.

A Febase está consciente das dificuldades que aí vêm, mas considera que cabe a todos, Sindicatos e seus associados, procurar as melhores soluções, de acordo com os interesses dos trabalhadores. ■





Sim, vamos continuar submersos em impostos

Desiludam-se os que esperavam um alívio fiscal no próximo ano. O brutal aumento de impostos mantém-se em 2015, a que se juntam mais umas taxas a dificultar a vida às famílias. "Salvam-se" os reformados, com o fim da CES para milhares, e os funcionários públicos e trabalhadores do setor empresarial do Estado, ao recuperarem 20% do salário retirado

TEXTO: **ELSA ANDRADE**

Pois é, depois de semanas na expectativa de um ligeiro alívio fiscal, por via de um corte na sobretaxa do IRS, a divulgação pelo Governo do Orçamento do Estado para 2015 deitou por terra todas as ilusões. Não há baixa de impostos. A austeridade vai continuar, pelo menos por mais um ano.

O Orçamento do Estado para 2015 (OE 2015) é o último deste Governo e o primeiro sem a "ajuda" da troika. Mas o Executivo continua amarrado aos compromissos de ajustamento e as contas apresentadas refletem-no. A meta do défice público é agora de 2,7% do PIB (e não 2,5%), o que implica uma redução de 0,9% face ao exigido este ano. Já o objetivo para o défice estrutural é de 1,2%, ou seja, uma diminuição de 0,1%. E embora estas balizas sejam inferiores ao inicialmente previsto, o esforço de consolidação orçamental vai manter os portugueses asfixiados pelos impostos – sobretudo os trabalhadores,

pois as empresas terão nova baixa do IRC, dos 23% para 21%.

Diga-se em abono da verdade que este é o orçamento menos austero desde 2011, pelo fim da CES e a reposição de algum do salário da função pública. Mas é também o orçamento que eleva a carga fiscal a (mais) um máximo histórico: a receita fiscal e contributiva prevista é de 25,4% do PIB – mais 4,7% do que este ano. O Governo explica esta previsão de subida da receita pela recuperação da economia, descida do desemprego e combate à fraude e evasão fiscal, somando o que espera arrecadar a mais em IPS, impostos sobre veículos e circulação, taxas sobre o setor bancário e combustíveis. Além, claro, do que vai cortar, onde se destaca a aplicação de um teto máximo nas prestações sociais não contributivas.

Ao dar conhecimento aos portugueses do que o Governo lhes reserva para 2015, a ministra das Finanças reconheceu a

"manutenção do esforço", mas falou também de "esperança" e, acenando aos reformados e funcionários do Estado, de "mais poder de compra".

Fim da CES para alguns milhares

Entre as pouquíssimas boas novidades do OE 2015 conta-se o fim da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) nas reformas até aos 4611€, o que abrangerá algumas dezenas de milhar de pensionistas do regime geral da Segurança Social e da CGA.

Ou seja, em parte devido ao chumbo do Tribunal Constitucional à contribuição de sustentabilidade, o Governo deixa cair a CES nas pensões entre os 1000 € e os 4611,42 €, que este ano estão sujeitas a cortes entre 3,5% e os 10%.

No entanto, nas pensões superiores ao teto da isenção continuará a ser aplicada a CES – embora em percentagens menores do que as atuais: até aos 7126,74 € o corte será de 15% e o montante que exceda esse valor ficará sujeito a uma redução de 40%. Fica a promessa de eliminação em 2017...

Mas esta não é única forma de recuperação de poder de compra dos reformados, pois em sede de IRS a dedução específica também aumenta. Mas o Governo mantém a suspensão da fórmula de atualização, com exceção das pensões mínimas, que sobem 1%.

Recuperação no Estado

Os funcionários públicos e os trabalhadores do setor empresarial do Estado – onde se incluem empresas do setor financeiro como a CGD, o IRHU ou o IFAP e DRAP, que integram os trabalhadores do ex-IFADAP – são o outro grupo que recuperará em 2015 algum do poder de compra perdido desde 2011. Isso acontece por via da reposição de 20% do corte salarial que o Governo se compromete a fazer no próximo ano – mantendo-se 80% dos cortes.

De resto, continuam congeladas as progressões nas carreiras e as promoções, enquanto o valor do subsídio de almoço não é alterado. Também a contribuição para a ADSE é eliminada, ficando o sistema de saúde a ser suportado apenas pelos trabalhadores.

A acrescentar a isso, o Executivo pretende baixar a despesa com pessoal em 1,4% até ao final de 2015, através da redução de trabalhadores, seja por reforma, rescisões por mútuo acordo ou requalificações.

Novidades no IRS

A esmagadora maioria dos trabalhadores e das famílias não terá uma vida mais fácil em 2015 – afinal, vão ter de financiar um quarto do défice.

O IRS manter-se-á tão elevado quanto este ano – mas com algumas novidades – e aumentam alguns impostos sobre o consumo.

Há uma pequena mexida no IRS através do quociente familiar (beneficiando as famílias com filhos até aos 25 anos): cada descendente ou ascendente a cargo com pensão mínima entram no cálculo do rendimento coletável familiar, valendo 0,3 pontos.

No entanto, Maria Luís Albuquerque já esclareceu que o impacto desta medida terá de ser nulo, compensado pela receita da fiscalidade verde. Traduzindo: o que eventualmente as famílias recebam por um lado, pagam por outro.

Refira-se ainda que a reforma do IRS prevê igualmente um regime de "dedução das despesas gerais familiares", que além da educação passa a incluir todas as faturas, do supermercado à luz, num máximo de 600 € por casal. A saúde mantém-se autónoma.

Num acenar ao alívio fiscal, o Governo promete baixar a sobretaxa do IRS em 2016, mas só se a receita em IRS e IVA de 2015 for superior às previsões inscritas no OE.

Os portugueses podem contar ainda com uma subida nos impostos sobre o

consumo – como tabaco e álcool – além da nova "fiscalidade verde", que se traduzirá numa taxa sobre o carbono nos combustíveis (paga juntamente com o ISP) e sacos de plástico.

O IMI também traz más notícias, com a manutenção do fim da cláusula de salvaguarda, significando um aumento considerável para muita gente. Pelo contrário, o OE alarga as condições de isenção, abrangendo mais famílias.

A tudo isto some-se ainda o previsível aumento de 3,3% na fatura da luz, proposto pelo regulador da energia.

Todos contra

Como seria de esperar, todos os partidos da oposição se manifestaram já contra a proposta do OE 2015, que terá ainda de ser aprovada pelo Parlamento.

As centrais sindicais não poupam críticas ao Orçamento, acusando o Governo de manter a austeridade sobre os portugueses.

A UGT considera que o documento continua "a castigar as famílias portuguesas" e a CGTP fala em "brutal austeridade e mais sacrifícios". ■

Os sacrifícios...

– Prestações sociais: é criado um teto sobre as prestações sociais não contributivas (RSI, complemento solidário para idosos, abono de família), pelo que os beneficiários não poderão receber nos diversos apoios mais do que um salário médio de um trabalhador não qualificado (ainda não quantificado). O objetivo é poupar 100 milhões;

– Combustíveis: aumenta a taxa que incide sobre a gasolina, o gasóleo e o GPL;

– IMI: mantém-se a eliminação da cláusula de salvaguarda, não travando o seu enorme aumento para muitas famílias. Mas são alargadas as condições de isenção;

– Sobretaxa: mantém a sobretaxa no IRS, que em 2016 poderá ser devolvida, no todo ou em parte, se a receita fiscal ultrapassar as previsões;

– Consumo: aumentam os impostos sobre o tabaco e o álcool;

– Reformas antecipadas: a possibilidade de os trabalhadores do setor privado se reformarem antes da idade legal vai continuar congelada, exceto para os que tenham 60 anos de idade e 40 de descontos;

– IAS: o Indexante de Apoios Sociais ficará congelado nos 419,22€, afetando a maioria dos apoios sociais, como o subsídio de desemprego;

– Educação: o setor da educação sofre novo corte, de 700 milhões, que se junta aos dos anos anteriores.

As empresas podem acordar com trabalhadores pagar parte do salário em vale-escolar, isento de IRS;

– Estado: continua o objetivo de reduzir o número de funcionários públicos, através de aposentações, rescisões por mútuo acordo ou requalificações;

– Banca e energia: é aplicada a taxa máxima do imposto à banca, enquanto as empresas energéticas mantêm a atual taxa;

– Bancos: a reprivatização do BPN continua a trazer custos aos contribuintes e em 2015 a fatura será de 28,5 milhões; o stock da dívida garantida pelo Estado à banca ascendia a 6.300 milhões, dos quais 3.500 pertence ao Novo Banco;

– Luz: não é uma proposta do OE 2015, mas do regulador da energia e contribui para diminuir o orçamento das famílias: um aumento de 3,3% na fatura de eletricidade. A tarifa social poderá ter uma redução de 14%.

... e as benesses

– CES: os pensionistas com reformas até 4611,42 € deixam de estar sujeitos a esta contribuição. As pensões até 7126,74 € sofrem um corte de 15%. Dedução específica no IRS sobre (pensões acima de 1607€);

– Estado: funcionários públicos e trabalhadores do setor empresarial do Estado terão uma devolução de 20% dos cortes salariais em vigor;

– Subsídios: os trabalhadores do setor privado podem continuar a optar por receber os subsídios de Natal e férias em duodécimos ou por inteiro;

– IRC: nova descida, desta vez para 21%;

– IRS: introdução do quociente familiar, beneficiando em 0,3 pontos as famílias com filhos e ascendentes a cargo (com pensões de 259,4 €), mas o seu impacto poderá ser "engolido" pela criação da fiscalidade verde; as deduções passam a incluir todo o tipo de despesa, da alimentação à água (desde que a fatura contenha o NIF), num total de 600 € por casal;

– Pensões mínimas: as pensões mínimas de velhice e invalidez e dos trabalhadores agrícolas, bem como o complemento por dependência, aumentam 1%.

– Saúde: o SNS terá mais 154 milhões de euros em 2015 e os utentes vão pagar menos 5 cêntimos nas taxas moderadoras das urgências hospitalares. A dedução à coleta mantém-se autónoma e aumenta de 10% para 15%, crescendo o reembolso total para mil euros. ■



no seio dos trabalhadores e da comunidade jurídica, iremos agora dar maior relevo à análise das alterações legislativas mais recentes. Assim:

Compensação por cessação de contrato**

Quanto à Lei n.º 69/2013, de 30 de Agosto:

Esta lei veio estabelecer nova redução do valor das compensações devidas nos casos de cessação do contrato de trabalho (despedimentos colectivo, por extinção de posto de trabalho e por inadaptação), mas ficam de fora deste novo critério de indemnização as situações do trabalhador que seja despedido ilicitamente ou que resolve o contrato com justa causa.

A redução tem efeitos a partir de 1 de Outubro de 2013 (data da entrada em vigor da lei) e consiste no estabelecimento da compensação por cessação do contrato em 12 dias de retribuição base e

diuturnidades por cada ano completo de antiguidade adquirida a partir dessa data de 1 de Outubro.

Em síntese:

a) Quanto ao cálculo da compensação nos contratos de trabalho iniciados após a 01/10/2013:

- na cessação de contratos por tempo indeterminado: 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade, calculando-se proporcionalmente o montante correspondente à fracção de ano;
- na caducidade de contratos de trabalho a termo certo: 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade, com idêntico cálculo proporcional;
- na caducidade de contratos de trabalho a termo incerto: 18 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade, com idêntico cálculo proporcional, nos três primeiros anos de duração do contrato e 12 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo de antiguidade,

regulamentação colectiva celebrados anteriormente que prevejam montantes superiores aos do Código, quanto às compensações e aos seus valores e critérios de definição, o que colide e viola o direito de contratação colectiva antes vigente e consagrado no nosso ordenamento jurídico.

Contratos a termo certo

Quanto à Lei n.º 76/2013, de 7 de Novembro:

Este diploma estabeleceu a renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo que atinjam o limite máximo da sua duração até dois anos após a sua entrada em vigor, ou seja, podem ser objecto deste regime de renovação extraordinária os contratos de trabalho a termo certo que atinjam, até ao dia 08/11/2015, o seu limite máximo de duração. E fixou ainda o novo regime e modo de cálculo da compensação aplicável a estes contratos.

As recentes alterações ao Código do Trabalho: algumas notas

As mudanças no Código do Trabalho denotam a persistência de uma clara ofensiva ao estatuto legal e constitucional dos trabalhadores portugueses, na senda duma descaracterização ostensiva da matriz do direito do trabalho vigente

Texto: JOSÉ FARIA*

No âmbito do direito laboral privado, o Código do Trabalho em vigor foi aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e desde então foi objecto de várias alterações legislativas muito relevantes para a vida dos trabalhadores e que foram recebidas, por um lado, com análises divergentes e, por outro, com críticas acesas e fundadas por parte dos seus destinatários, nomeadamente os trabalhadores, aliás à semelhança do que sucedeu com as numerosas alterações legislativas ocorridas no âmbito da administração pública.

São de realçar, a nosso ver, sobretudo as seguintes:

- Lei n.º 53/2011, de 14 de Outubro, que estabeleceu um novo sistema de com-

pensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.

- Lei n.º 3/2012, de 10 de Janeiro, que estabeleceu um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação.
- Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho, que alterou 64 artigos do Código, com relevo para os relativos ao banco de horas, pagamento do trabalho suplementar e feriados, descanso compensatório, feriados obrigatórios, compensação por despedimento colectivo, despedimento por extinção do posto de trabalho e inadaptação, bem como à declaração de nulidade das normas das convenções colectivas que estabeleçam montantes superiores aos do Código quanto a compensação por despedimento colectivo, por extinção de posto de trabalho e por inadaptação. Esta lei consagrou, pois, um pacote com enormes e graves incidências negativas no que respeita aos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e das suas associações de classe.
- Lei n.º 69/2013, de 30 de Agosto, que ajustou o valor da compensação que é

devida em caso de cessação do contrato de trabalho.

- Lei n.º 76/2013, de 7 de Novembro, que estabeleceu um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação.
- Lei n.º 48-A/2014, de 31 de Julho, que prorrogou o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e das cláusulas de contrato de trabalho.
- Lei n.º 27/2014, de 8 de Maio, que procedeu a alterações ao Código no que se refere aos critérios de escolha dos trabalhadores no despedimento por extinção do posto de trabalho e por inadaptação.
- Lei n.º 55/2014, de 25 de Agosto, que procedeu a mudanças nos prazos da caducidade das convenções colectivas e no prazo de sobrevivência dos contratos de trabalho, alterando assim e mais uma vez a regulamentação da contratação colectiva.

Tendo em conta que as alterações constantes das acima referidas Lei n.º 53/2011, Lei n.º 3/2012 e Lei n.º 23/2012 foram entretanto objecto de variados estudos, debates e tomadas de posição

também com idêntico cálculo proporcional, nos anos subsequentes.

b) Quanto aos contratos celebrados anteriormente, a lei estabelece regimes transitórios com os critérios de cálculo das respectivas compensações devidas. Por fim sublinhe-se que esta Lei 69/2013, à semelhança do que vem sendo regra nas recentes alterações introduzidas ao Código do Trabalho, declara nulas as disposições dos instrumentos de re-

O novo regime abrange os trabalhadores efectivos e os contratados a termo, sendo estabelecidas regras próprias para o cálculo da respectiva compensação.

Já desde 2011 que a lei passou a fixar limites máximos para o valor da compensação nestes contratos, tais como o valor de referência da retribuição base e diuturnidades a considerar, que não pode ser superior a 20 vezes o salário mínimo (actualmente € 9 700), bem como o valor total da compensação, que não pode ultrapassar 12 retribuições base e diuturnidades auferidas pelo trabalhador ou, quando este receber mais de € 9.700 mensais, o montante máximo da compensação será o correspondente a 240 salários mínimos (actualmente €116.400).

Só os trabalhadores admitidos antes de 01.11.2011 terão direito à aplicação do limite mínimo de três meses de retri-

também com idêntico cálculo proporcional, nos anos subsequentes.

b) Quanto aos contratos celebrados anteriormente, a lei estabelece regimes transitórios com os critérios de cálculo das respectivas compensações devidas.

Por fim sublinhe-se que esta Lei 69/2013, à semelhança do que vem sendo regra nas recentes alterações introduzidas ao Código do Trabalho, declara nulas as disposições dos instrumentos de re-

Pretendeu-se, com esta lei, alargar a duração dos contratos de trabalho a termo certo e o número de renovações, face ao disposto no artigo 148.º do Código do Trabalho.

Trata-se do segundo diploma a alargar a duração dos contratos a termo certo, depois do regime aprovado pela Lei 3/2012, de 10 de Janeiro, que viera permitir a renovação extraordinária dos contratos que atingissem o seu limite máximo de duração até ao dia 30 de Junho de 2013.

Os contratos a termo certo que atinjam, até 8 de Novembro de 2015, os limites máximos de duração previstos no artigo 148.º, n.º 1, do CT ou na anterior Lei 3/2012 podem ser objecto de 1 ou 2 renovações extraordinárias, com a duração global máxima até 12 meses, sendo que cada renovação não pode ser inferior a 1/6 da duração máxima do contrato ou da sua duração efectiva, consoante o que for inferior. Os contratos objecto de renovação extraordinária não podem, em regra, vigorar para além de 31 de Dezembro de 2016.

Se os limites atrás referidos forem ultrapassados, os contratos a termo convertem-se em contratos sem termo, para todos os efeitos.

Este diploma inclui ainda a obrigação de, decorrido um ano sobre a data da sua entrada em vigor, os parceiros sociais, ▶



► em sede de Comissão Permanente de Concertação Social, elaborarem um relatório intercalar sobre o resultado da aplicação do regime previsto na mesma, desconhecendo-se presentemente a sua existência ou não.

Estas leis foram meramente conjunturais e inscreveram-se na tendência crescente e reiterada de abertura à precariedade das relações laborais.

Trabalho suplementar

Quanto à Lei n.º 48-A/2014, de 31 de Julho:

Esta lei entrou em vigor no dia 1 de Agosto de 2014 e veio prorrogar o prazo de suspensão das disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e das cláusulas de contrato individual de trabalho que dispõem sobre acréscimos de pagamento de trabalho suplementar superiores ao estabelecido no Código do Trabalho e retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado ou descanso compensatório por essa mesma prestação, procedendo à segunda alteração da Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho, que estabelece a suspensão durante 2 anos (até 31 de Julho de 2014) das disposições daquelas cláusulas.

Por sua vez o Tribunal Constitucional apreciou (no Acórdão n.º 602/2013) a constitucionalidade desta norma e não a declarou inconstitucional, designadamente por, não obstante a ter considerado uma "ingerência na contratação colectiva", considerar que tinha carácter temporário e ser "adequada, necessária e equilibrada em vista da salvaguarda de interesses constitucionalmente relevantes como o cumprimento das metas e compromissos assumidos internacionalmente ...", permitindo a suspensão destas disposições de instrumentos de regulamentação colectiva pelo prazo de um ano previsto originalmente na Lei 23/2012, de 25 de Junho (ou seja até 1 de Agosto de 2014), mas declarou inconstitucional a alteração automática e definitiva destas disposições por força da lei.

Numa tentativa de contornar a decisão do Tribunal Constitucional e satisfazendo as reivindicações do patronato, o Governo veio, através desta Lei 48-A/2014 prolongar a suspensão até dia 31 de Dezembro de 2014, em claro prejuízo dos trabalhadores e dos instrumentos de regulamentação colectiva vigentes, negociados livremente, já que se permite que até essa data as empresas continuem a pagar o trabalho suplementar com os acréscimos previstos no Código do Trabalho, mesmo que vinculadas a instrumento de regulamentação colectiva ou con-

trato de trabalho que estabeleçam acréscimos superiores.

Esta lei veio ainda, por imposição da declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, constante do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 20 de Setembro de 2013, revogar as seguintes normas introduzidas pela citada Lei 23/2012:

a) que declaravam nulas as disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho e as cláusulas de contratos de trabalho celebrados antes da entrada em vigor da presente lei que disponham sobre descanso compensatório por trabalho suplementar prestado em dia útil, em dia de descanso semanal complementar ou em feriado (artigo 7.º, n.º 2);

b) que reduziam em montante equivalente até três dias as majorações ao período anual de férias estabelecidas em disposições de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho ou cláusulas de contratos de trabalho posteriores a 1 de Dezembro de 2003 e anteriores à entrada em vigor daquela lei (artigo 7.º, n.º 3);

c) que reduziam para metade (não podendo, porém, ser inferiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho) no final de uma suspensão de 2 anos após a entrada em vigor da Lei 23/2012, as disposições de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e as cláusulas de contratos de trabalho que disponham sobre a) acréscimos de pagamento de trabalho suplementar superiores aos estabelecidos pelo Código do Trabalho e b) retribuição do trabalho normal prestado em dia feriado, ou descanso compensatório por essa mesma prestação, em empresa não obrigada a suspender o funcionamento nesse dia, se entretanto as referidas disposições ou cláusulas não forem alteradas (artigo 7.º, n.º 5).

Crítérios para despedimento

Quanto à Lei n.º 27/2014, de 8 de Maio:

Este diploma surge na sequência do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 20 de Setembro, que declarou inconstitucionais a redacção introduzida pela Lei 23/2012, de 25 de Junho, aos artigos 368.º e 375.º do Código, que se referem aos critérios de escolha dos trabalhadores no despedimento por extinção do posto de trabalho e por inadaptação, respectivamente.

Quanto ao despedimento por extinção do posto de trabalho, a nova redacção veio alterar os critérios que devem ser observados na escolha do trabalhador a despedir, os quais haviam sido reprimados com a declaração de inconstitucionalidade. Tais critérios, que devem ser relevantes e não discriminatórios, passam a ser:



"a) Pior avaliação de desempenho, com parâmetros previamente conhecidos pelo trabalhador;

b) Menores habilitações académicas e profissionais;

c) Maior onerosidade pela manutenção do vínculo laboral do trabalhador para a empresa;

d) Menor experiência na função;

e) Menor antiguidade na empresa. (...)"

Mantem-se também o requisito da impossibilidade da subsistência da relação de trabalho quando o empregador não disponha de outro posto de trabalho compatível com a categoria profissional do trabalhador em causa. Este requisito fora eliminado na Lei 23/2012, mas entretanto fora repentinado com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo citado Acórdão n.º 602/2013.

Já quanto ao despedimento por inadaptação, a Lei n.º 27/2014 veio reintroduzir o requisito da não existência na empresa de outro posto de trabalho disponível e compatível com a categoria profissional do trabalhador, requisito que também fora eliminado pela Lei n.º 23/2012, mas repentinado com aquela declaração de inconstitucionalidade.

As alterações introduzidas pela Lei n.º 27/2014 entraram em vigor no dia 1 de Junho de 2014.

Sobrevigência das convenções

Quanto à Lei n.º 55/2014, de 25 de Agosto:

Esta lei veio alterar a redacção dos artigos 501.º e 502.º do Código do Trabalho, respeitantes à sobrevigência, cadu-

cidade e cessação de vigência de convenções colectivas.

No que respeita ao artigo 501.º, o prazo de caducidade da cláusula de convenção que faça depender a cessação da sua vigência da substituição por outro instrumento de regulamentação colectiva de trabalho passa de cinco para três anos.

Em caso de denúncia da convenção, esta manter-se-á em regime de sobrevigência durante o período em que decorra a negociação, incluindo conciliação, mediação ou arbitragem voluntária, mas o prazo mínimo em que se mantém em vigor passa agora para doze meses, em vez dos anteriores dezoito meses.

Esta Lei prevê, ainda, que, no prazo de um ano a contar da data da sua entrada em vigor (ou seja, até 1 de Setembro de 2015), se promova a alteração do Código do Trabalho no sentido da redução daqueles prazos de três anos e de doze meses acima referidos para dois anos e seis meses, respectivamente. Esta alteração só acontecerá, porém, após avaliação positiva dos seus resultados pelos parceiros sociais em sede de Comissão Permanente de Concertação Social.

Prevê-se ainda a suspensão do prazo de sobrevigência em caso de interrupção da negociação por um período superior a trinta dias, sendo que o período de negociação, com suspensão, não pode exceder o prazo de dezoito meses.

Decorridos os referidos prazos de doze e de dezoito meses, a convenção colectiva, segundo a nova redacção da lei, mantém-se em vigor durante 45 dias (e não 60 dias como na anterior versão) após a comunicação, por qualquer das

partes, ao ministério responsável pela área laboral e à outra parte, de que o processo de negociação terminou sem acordo. Decorrido este prazo, a convenção colectiva caduca.

De acordo com esta Lei a nova redacção dada ao artigo 501.º não é aplicável às convenções colectivas que tenham sido denunciadas até 31 de Maio de 2014.

Quanto à alteração do artigo 502.º do Código (cessação e suspensão da vigência da convenção colectiva) prevê-se agora a possibilidade de suspensão temporária da aplicação das convenções, ou de parte delas, em situação de crise empresarial, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que afetem gravemente a actividade normal da empresa. No entanto, esta medida apenas será aplicável caso seja indispensável para a viabilidade da empresa e para a manutenção dos postos de trabalho. Para isso será necessário um acordo escrito entre as associações de empregadores e as associações sindicais outorgantes, que deverá mencionar expressamente a fundamentação, o prazo e os efeitos da suspensão, aplicando-se também as demais regras da revogação.

Estas alterações introduzidas pela Lei n.º 55/2014 entraram em vigor no dia 1 de Setembro de 2014.

Erosão das relações laborais

Percorridos que foram alguns dos aspectos essenciais das mais recentes alterações ao regime laboral constante do Código do Trabalho não pode deixar de se constatar a persistência numa clara ofen-

siva ao estatuto legal e constitucional dos trabalhadores portugueses, na senda duma descaracterização ostensiva da matriz do direito do trabalho vigente e sem que se tenham vislumbrado até hoje os resultados positivos que tanto se apregoam. Pelo contrário!

Em várias conferências, estudos e debates realizados tem-se alertado para a crescente erosão do sistema das relações laborais em Portugal, sobretudo após o período de intervenção da troika, para a sua desvalorização e para o seu sentido autoritário.

Recorda-se, em especial, o agravamento da precariedade no mercado de trabalho, com os seus efeitos sociais dramáticos e dolorosos na nossa comunidade, aliás sentido desde há muito como grande flagelo, que não tem sido travado eficazmente.

E também a degradação, a desvalorização e mesmo a destruição sistemática do modelo de negociação colectiva, através da diminuição da cobertura das convenções colectivas, dos mecanismos da sua extensão, do alargamento das normas imperativas e das nulidades "decretadas por lei" de cláusulas dos instrumentos de regulamentação colectiva livremente negociados e mesmo dos contratos individuais de trabalho, das limitações ao princípio do tratamento mais favorável, das reduções no período de validade e de sobrevigência das convenções colectivas, etc., etc.

Por tudo isto não é de estranhar que, sobretudo nos últimos 3 anos, se tenha reduzido drasticamente em Portugal o número de convenções celebradas e publicadas, bem como o volume de trabalhadores abrangidos por elas. Basta uma mera consulta aos Boletins de Trabalho e Emprego!

E, por fim, também não se pode deixar de referir em todo este processo os efeitos nefastos produzidos pelo longo período de congelamento do salário mínimo, pelos recorrentes cortes salariais, pelas reduções de férias, feriados e compensação de trabalho suplementar, entre outros.

Precisa-se urgentemente de um sobressalto de inquietação e reacção contra todo este processo de desmantelamento do nosso sistema de relações laborais, através do empenho e do compromisso para encontrar as soluções justas que se impõem. ■

**Advogado da Febase*

Texto escrito ao abrigo do acordo ortográfico anterior

**Subtítulos da responsabilidade da Redacção

TEXTO: PEDRO GABRIEL



Quando caminhar também faz bem ao estômago

São Pedro foi amigo e concedeu tréguas aos participantes na caminhada. Uma prova de vinhos e produtos regionais fechou com chave de ouro mais uma excelente manhã

A madrugada de sábado, 27 de setembro, chegou carregada de água, pelo que não foi de admirar que os participantes tenham surgido equipados para combater a chuva intensa. No entanto, quando se iniciou a caminhada da Rota do Vinho de Palmela o sol mostrou-se timidamente por entre as nuvens e assim permaneceu ao longo de todo o percurso.

A chuva que caiu previamente deixou um brilho próprio na vegetação que rodeava a zona, mas também ajudou a formar terreno lamacento. Decorrente disso, foi com naturalidade que a caminhada foi sendo feita a passo de caracol, não fosse o pé escorregar por onde não devia e obrigar a aterragens forçadas.



... e o descanso dos caminhantes



Entre vinhedos

Foi nesta altura que encetámos conversa com Joaquim Mendes, que nos confidenciou estar a fazer a primeira caminhada Febase do ano, embora já tenha feito outras anteriormente. "Estive com a Febase em Lisboa, a visitar os bairros. Para já está um bocado difícil por causa da lama, de resto está a correr bem".

O grupo ia separando-se conforme a velocidade de cada um, mas não houve ninguém que não tivesse parado para observar a excelente vista do ponto mais alto do percurso, tendo aproveitado para tirar as fotografias da praxe.

Os sepulcros neolíticos, identificados no último quartel do século XIX, cativaram os caminhantes e constituíram um dos pontos de maior interesse neste percurso.

Caminhantes satisfeitos

Edite Silva é aposentada e costuma fazer corridas e caminhadas. "Estou a gostar muito, a paisagem é maravilhosa", disse, referindo que a visita à Casa Agrícola Horácio Simões é "importante para as pessoas conhecerem os produtos da região".

Já José Correia foi um dos estreantes. Praticante de BTT, confessou que esta sua primeira caminhada Febase estava a ser "divertida e interessante".

Na mesma condição de estreante estava Margarida Major, cujo feedback não podia ter sido melhor. "Está a ser muito agradável. Estou a pensar continuar".

A Rota do Vinho de Palmela não seria a mesma sem a passagem pelas videiras da região. Com a hora do almoço a aproximar-se e alguns quilómetros nas pernas, os caminhantes não resistiram a "picar" umas uvas que ali amadureciam.

Cansados mas visivelmente satisfeitos, os participantes chegaram ao fim do percurso.

Vinho e petiscos

No final da caminhada, os aventureiros visitaram a Casa Agrícola Horácio Simões, onde tiveram oportunidade de ficar a saber mais sobre os produtos da região. Pedro Simões foi o cicerone, explicando detalhadamente as características dos vinhos daquela Casa e respondendo às perguntas colocadas.

Feita a visita, os caminhantes degustaram produtos locais como o doce de uva, o queijo ou o requeijão, tudo regado com os vinhos tinto, branco e moscatel da Casa.

Estava assim fechada com chave de ouro mais uma caminhada Febase. ■

Próxima iniciativa

A próxima iniciativa é a caminhada à **Aldeia das Broas** (Terrugem/Odrinhas), também conhecida por aldeia fantasma, no dia 29 de novembro.

Para se inscrever deverá enviar para o email caminhadas@febase.pt os seguintes elementos: nome completo, n.º sócio, sindicato, data de nascimento, nome e data de nascimento de todos os acompanhantes e comprovativo de pagamento.

Para mais informações consulte o blog <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/>

Pesca de Rio

Manuel Inácio finta a Ratoeira e sagra-se campeão



Manuel Inácio
exibe o troféu

A "jogar em casa", o pescador do GDCCAM foi o mais forte, conquistando o título na final nacional do 36.º Campeonato Interbancário

A pista de pesca da Ratoeira acolheu a final nacional da modalidade no dia 20 de setembro, tendo contado com a participação de 59 concorrentes oriundos do SBSI, SBN e SBC.

Os pescadores foram divididos em três zonas, tendo a prova conhecido o seu início à hora do almoço.

A competir na zona B, Manuel Inácio (GDCCAM Celorico da Beira/SBC) foi quem mais pescou, com 1611 gramas, sucedendo assim a José Manuel Loureiro (GD-CGD/SBN) como campeão nacional.

Na segunda posição terminou António Carvalho (GDCCGD/SBN), ao chegar aos 1048 gramas na zona A. José Álvaro Ribeiro (CMBGP/SBN) ficou com o último lugar do pódio, ao conseguir 855 gramas na zona B.

O melhor concorrente da zona C foi António Cascão (GDBES/SBC), com um total de 753 gramas.

GDST leva troféu para o Norte

A nível coletivo, a equipa SBN 2, do GDST, foi a grande vencedora. José Silva, Ricardo Silva e Abílio Lemos con-



A prova juntou quase seis dezenas de pescadores

quistaram 1899 gramas, que valeram 11 pontos.

Muito perto, na segunda posição, terminou o GDBES/SBC, de António Cascão, Paulo Figueiredo e José Ferreira, com 1838 gramas e 12 pontos.

Fernando Luís, José Bonito e o campeão Manuel Inácio, pela equipa GDCCAM Celorico da Beira/SBC, ficou no terceiro posto, com 2558 gramas e 15 pontos.

A distribuição dos prémios aos vencedores e um animado jantar fecharam com chave de ouro um dia repleto de grande camaradagem.

A comissão organizadora foi composta por Henrique Rego, Alfredo Correia, Francisco Mateus, Manuel Camacho, João Carvalho, Francisco Carapinha e António Pimentel. ■

Tiro

João Gouveia conquista cetro



Manuel Camacho entrega a taça ao campeão

A final nacional do 17.º Campeonato Interbancário teve lugar no campo de tiro de Mira, no dia 28 de junho, tendo contado com 26 atiradores oriundos dos três sindicatos bancários.

Disputada em quatro pranchadas na categoria Fosso Universal, a derradeira prova terminou com a vitória de João Gouveia (GDST/SBSI), que atingiu 95 pratos (24-23-24-24).

A regularidade do atirador ao longo das quatro pranchadas permitiu-lhe levar a melhor sobre o campeão do ano passado, João Amorim (CMBGP/SBN), que chegou aos 91 pratos (22-24-20-25), conquistando assim o segundo lugar. Na terceira posição terminou Pe-

dro Borralho (GDBES/SBSI), com 89 pratos atingidos (22-23-23-21).

Ventura Ferreira (GDBdP/SBSI), com 87 pratos (24-21-22-20), e Fernando Moreira (GDST/SBSI), com 86 (21-24-20-21), finalizaram no quarto e quinto postos, respetivamente.

De referir que esta prova disputou-se com o habitual espírito de convívio e desportivismo alicerçados num jantar convívio que serviu igualmente para a distribuição dos troféus aos vencedores.

A comissão organizadora foi composta por Francisco Carapinha, António Pimentel, Manuel Camacho, João Carvalho, Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus. ■



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de julho

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"O paraíso"
José Canelas



"Linhas memoriais"
Francisco Oliveira



"Artes de pesca"
Emanuel Pontes



"Texturas"
Aires Pereira



"Espalhando o céu"
Ricardo Macedo



"À todo o pano"
José Pinto

TEMA - LIVRE



"Disputado"
José Pinto



"Não falem com estranhos"
Luís Rego



"Tempestade à vista"
José Canelas



"Silvestre"
José Pinto



"Cais da Carrasqueira"
José Canelas



"Florescências"
Aires Pereira

Sindicato apoia despesas escolares

Os associados com filhos em idade escolar podem requerer empréstimo para a compra de material escolar e livros ou pagamento de propinas

Pelo terceiro ano consecutivo, o SBC decidiu conceder um apoio especial aos seus associados para o ano letivo de 2014/2015, uma vez que se mantêm os pressupostos que levaram à sua criação. Este apoio, em forma de empréstimo, destina-se principalmente à compra de livros e material escolar e, ainda, ao pagamento de propinas, e consubstanciar-se-á através de duas linhas de apoio: até 300 euros por estudante até ao 12.º ano de cada agregado familiar, por um prazo



de seis meses, sem juros; e 1.200 euros para os estudantes do ensino superior, pagáveis até 12 meses.

O empréstimo será requerido através de impresso próprio e liquidado por

débito em conta. O requerente deverá apresentar justificativo das despesas efetuadas, havendo limite de inscrições em função da disponibilidade financeira. ■

Aníbal Ribeiro reeleito presidente da UGT/Guarda



Aníbal Ribeiro durante a sua intervenção no Congresso

O Congresso voltou a mandar o presidente do Sindicato dos Bancários do Centro para dirigir a união distrital

Na sequência do Congresso da UGT/Guarda, realizado nesta cidade a 28 de junho, são os seguintes os representantes do SBC ao seu Conselho Geral: João Abel Lima Ferreira, Simão Fonseca Pena e Manuel Francisco Fonseca Gonçalves. E ainda Rogério Pinheiro Ricardo, António Joaquim e José Luís Paula Vaz Fernandes (suplente), estes, eleitos em

Conselho Geral. Para presidente do Conselho Fiscal foi eleito Amílcar Pires, para vice-presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral João Paulo Carrasco Ferreira. Para primeiro suplente do Secretariado foi eleito Gabriel Pereira Rodrigues, continuando ao leme da UGT/Guarda, para o seu segundo mandato, Aníbal José Costa Ribeiro. ■



Passeio no Sado superou expectativas

A iniciativa foi um sucesso, com a participação de mais de 80 associados e seus familiares

TEXTO: PEDRO VEIGA/SEQUEIRA MENDES

Pela mão da Secção Regional de Leiria, em parceria com a Secção Regional de Coimbra e com o apoio logístico do Departamento de Tempos Livres, realizou-se a 5 de julho um passeio no Rio Sado, iniciativa que redundou num enorme sucesso, com uma adesão superior a 80 participantes, com muitos associados a ficarem em lista de espera.



O tempo ajudou com um dia magnífico, com sol e calor em abundância e ausência de vento, proporcionando uma

viagem inesquecível, onde até os golfinhos ajudaram à festa fazendo a sua aparição, para deleite de crianças e adultos. Os mais afoitos ainda tiveram tempo de dar uma saltada à praia para testarem a temperatura da água.

Teve lugar a bordo um generoso almoço, onde os carapaus, as sardinhas e as febras, acompanhadas pelo bom vinho da região, fizeram as delícias de todos os presentes, sem exceção. Finda a tarde rumou-se ao porto de Setúbal para o regresso, onde foi enaltecido o grande sucesso desta jornada convivial, registando-se o interesse dos participantes em voltar ao Sado no próximo ano. ■

Bowling e snooker

"Repetentes" lideram classificação

Sem surpresas, os campeões do ano passado voltaram a ganhar: Alberto Malheiros não deu hipóteses no snooker e Pedro Veiga manteve-se imbatível no bowling

TEXTO: SEQUEIRA MENDES



Mais um torneio simultâneo de bowling e snooker teve lugar a 13 de setembro, nas instalações do Rex Bowling, em Cantanhede, que contou com a participação de vários entusiastas das modalidades, conferindo à prova uma

apreciável competitividade e grandes progressos técnicos relativamente aos anos anteriores.

No snooker, como já vem sendo hábito, Alberto Malheiros não deu hipóteses e renovou o título de campeão com toda a naturalidade.

No bowling, depois de uma luta acesa e muito bem disputada a vitória sorriu a Pedro Veiga, que também repetiu a vitória do ano passado.

Alberto Malheiros, António Guiné, Pedro Veiga e Paulo Figueiredo foram os primeiros classificados no snooker, enquanto Pedro Veiga, António Pimentel, António Guiné, Silvino Madaleno e António Gonçalves lideraram a classificação de bowling. ■

Tiro

José Louro com melhor pontaria

A prova foi renhida, a obrigar a uma terceira volta para o desempate

TEXTO: SEQUEIRA MENDES



primeira e a segunda voltas. Depois de se ter procedido ao desempate, a classificação final ficou assim ordenada: 1.º José Louro; 2.º Fernando Dinis; 3.º Carlos Coelho; 4.º Vítor Rasteiro; 5.º Jorge Conceição; 6.º Moisés Dinis.

Representarão o SBC na fase final os quatro primeiros classificados.

O restaurante do campo de tiro foi o palco onde se confraternizou e se procedeu à entrega de prémios. ■

King

Veterano foi o vencedor absoluto

José Manuel Rodrigues Louro voltou a brilhar e deixou os concorrentes para trás

TEXTO: SEQUEIRA MENDES

Foi nas antigas e vetustas instalações do SBC na rua Lourenço Almeida Azevedo, no coração da alta da cidade, que no dia 27 de setembro se disputou o torneio de king, correspondente ao Campeonato Regional, que, além do mais,

serviu para apurar os jogadores do SBC à fase final.

Dez jogadores participaram no torneio, que decorreu com grande espírito de amizade e lealdade.

O vencedor absoluto foi o veterano José Manuel Rodrigues Louro, que irá representar o SBC na fase final, a disputar no Vimeiro a 25 e 26 de outubro, onde será acompanhado por José Conceição Silva e Joaquim Carvalho Soares, respetivamente segundo e terceiro classificados.

A entrega de prémios decorreu com a presença de elementos dos Corpos Gerentes do SBC. ■

Pesca Alto Mar

Rui Nunes e Pedro Veiga representam SBC

Os dois pescadores disputarão a final nacional, em 2015

A vila piscatória da Nazaré foi ponto de partida para mais uma disputada prova de Pesca de Alto Mar, a 28 de junho, de donde saíram os dois primeiros classificados que irão disputar a fase final desta modalidade.

A bordo do habitual "Mola-Mola", os concorrentes zarparam mar a dentro em busca do objetivo. As condições climatéricas foram satisfatórias, com alguma chuva fraca e uma brisa moderada que trouxeram um mar razoável,



com vagas de um metro e meio a dois metros.

O peixe compareceu de forma algo generosa, tendo todos os pescadores logrado a obtenção de boas capturas, onde se salientam os safios e as fanecas como as espécies mais capturadas,

tendo aparecido, também, garoupas, besugos e rascassos.

Ao fim de quatro horas de prova rumou-se ao porto de abrigo da Nazaré, onde foi efetuada a pesagem e elaborada a classificação final.

O convívio aconteceu num restaurante típico local, onde se degustou um simpático almoço e num clima de sã camaradagem e desportivismo foram entregues os troféus.

Os três primeiros classificados foram Rui Nunes, Pedro Veiga e Rui Prata, cabendo a este último o maior exemplar pescado.

Os dois primeiros classificados representarão o SBC na final nacional, que se disputará em 2015. ■



Regional de Viseu

Paulo Figueiredo vence convívio piscatório

A tradição cumpriu-se, mas desta vez com a novidade da "troca" da habitual Folhadosa pela pista da Ratoeira

A Secção Regional de Viseu realizou o seu tradicional convívio de pesca dia 5 de julho, desta vez num cenário diferente, deslocando-o de Folhadosa para a pista da Ratoeira, no Mondego, ali mesmo a montante de Celorico da Beira.

Este convívio de pesca, apesar de ter o patrocínio do Secretariado de Viseu, foi extensivo a todos os pescadores do SBC, tendo-se registado a presença de associados do distrito de Coimbra, da Guarda e maioritariamente de Viseu.

Lá chegados, os participantes constatarem que os esperava uma pista moderna, acabadinha de estrear, preenchendo todas as condições que se exigem para a prática da modalidade. Com o tempo a contribuir positivamente, estavam reu-

nidas todas as condições, não só para a exigente prática da modalidade, como para a jornada de convívio que se seguiu.

Efetuada as tarefas habituais próprias do início destas provas – concentração, sorteio de pesqueiros, engodo e colocação de mangueiras – os pescadores logo começaram a tirar peixe, tendo a prova sido interrompida pelas 10h30 para dar lugar à Piqueta, uma espécie de mata-bicho para retempero das forças, pois a atividade é penosa e desgastante.

A prova acabou às 12h30m e após a pesagem do pescado a classificação dos primeiros cinco concorrentes levou Paulo Figueiredo ao primeiro lugar, seguindo-se José Nuno Lapa, Alberto Monteiro Pires, Manuel João Inácio e Carlos Alberto Marques.

Finalmente veio o tão desejado convívio, que contou com a presença dos membros dos Corpos Gerentes, Gentil Louro, João Antunes, Manuel António e Sequeira Mendes. ■

Pesca de Rio

Vitória de José Ferreira



Dez concorrentes do Centro vão marcar presença na grande final

A pista da Ratoeira, em Celorico da Beira, foi palco da última prova de Pesca de Rio, a 6 de setembro, com vista ao apuramento dos representantes do SBC à final nacional.

Estavam inscritos 36 pescadores e a concentração marcada para as 9h00. Realizado o sorteio dos locais de pesca, todos os pescadores se dirigiram às suas zonas, dando-se início à prova às 10h30, tendo terminado às 13h30.

Depois da pesagem e tendo em conta as classificações anteriores, a classificação final ficou assim ordenada: José da Silva Ferreira classificou-se em primeiro lugar, seguindo-se José da Costa Pinto, António José Bonito, Manuel João Inácio, António Cascão, Rui Nunes, Paulo Figueiredo, Fernando Tomás Luís, José Lapa Nápoles e João Pimentel dos Santos.

Estes serão os representantes do SBC à final nacional. ■



Comissão Sindical de Empresa – Norte

"Recuperação do Novo Banco está no bom caminho"

O esforço de todos no restabelecimento da confiança na recém-criada instituição está a dar frutos, consideram os elementos da estrutura do SBN no banco

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

"O esforço – que em muitos casos podemos considerar sobre-humano – desenvolvido pelos trabalhadores, pela área comercial e pelas direções (neste caso específico que diz respeito ao SBN, pela Direção Comercial Norte), bem como pela própria administração, leva-nos a ter fundadas esperanças em que a desejada recuperação não só é possível como é viável e está no bom caminho", revelam Álvaro Ricardo (coordenador) e Paula Teixeira Pinto, da Comissão Sindical de Empresa (CSE) - Zona Norte - daquela instituição. O terceiro elemento, Sérgio Guimarães, não pôde estar presente na entrevista, por motivo de doença.

P – Em que é que alicerçam essa convicção?

R – Estão a ser criadas as condições para inverter o ciclo negativo recente e para, ao mesmo tempo, recuperar o preciosíssimo tempo perdido. Em nenhum caso se aplica tão bem o ditado popular, segundo o qual "tempo é dinheiro". Porque é assim que se recuperam quotas de mercado, que se repõem níveis de liquidez e de solvabilidade e que se cria mais valor para todos: clientes, trabalhadores e instituição. Não há mistério nenhum nisto... Aliás, até já foram começadas a resolver questões relacionadas com produtos que se encontravam cativos e julgamos saber que brevemente serão resolvidos outros produtos ainda pendentes...

P – Gostaríamos que nos pormenorizassem qual a atual situação vivida no Novo Banco.

R – Fazê-lo seria o pior erro que poderíamos cometer. Neste momento existe uma enorme pressão mediática para que nos pronunciemos sobre tais matérias, mas temos mantido uma enorme contenção, porque entendemos que em momentos de grandes mutações como aqueles que estamos a vivenciar tudo quanto possa transpirar extemporaneamente para a opinião pública só será suscetível de prejudicar os mais legítimos interesses dos trabalhadores.

P – Todavia têm vindo a lume algumas declarações...

R – Pois têm, infelizmente. Mas não da nossa parte. É que certas informações incorretas que se têm registado são desnecessárias, por um lado, inconvenientes por outro, e descontextualizadas num terceiro aspeto, apenas contribuindo para desestabilizar e para perturbar aquilo que a CSE continua a fazer no sentido de sensibilizar a administração, em ordem a transmitir-lhe tudo o que deve ser feito também para proteger aquilo que são os mais importantes ativos da instituição: os trabalhadores.

Bancários de eleição

P – Já não existe uma situação de desconfiança por parte dos clientes em relação ao banco, o que se reflete nos trabalhadores dos balcões?

R – Bem, neste caso é claro que uma das preocupações prioritárias será a de devolver a confiança aos clientes. E pensamos que existe a consciência de que são os trabalhadores que "vendem" o banco. A administração tem de lhes dar as condições para que os clientes voltem a reconhecer neles uma certa mística de bancários de eleição. Mas, em todo o caso, cada cliente é, para o Novo Banco, o mais importante do mundo. Claro que há situações que, pela sua especificidade, exigem tratamentos também eles específicos, como é o caso, por exemplo, da emigração, para o qual entendemos dever também existir contributo especial e atempado por parte do Banco de Portugal.



Da direita para a esquerda: Teixeira Guimarães (vice-presidente do SBN), José António Gonçalves (responsável pelo pelouro da Atividade Sindical), Álvaro Ricardo e Paula Teixeira Pinto, da CSE

P – E quanto às dívidas do Novo Banco à Segurança Social? Isso não poderá afetar gravemente os trabalhadores?

R – Essa história das dívidas à Segurança Social é completamente falsa. O banco tem sempre cumprido escrupulosamente as suas responsabilidades. Aliás, existem abundantes documentos que comprovam à saciedade o cumprimento dos referidos pagamentos. Também neste domínio a instituição tem assumido um comportamento verdadeiramente exemplar.

Missão e devoção

P – Com que ânimo se sente nesta altura a CSE, fase à situação vivida no banco?

R – Sentimo-nos supermotivados. Acreditamos que a administração está empenhada em recuperar a credibilidade e o prestígio de uma instituição nova com 140 anos de história.

P – Para finalizar: sentem que o trabalho que se encontram a desenvolver está a ser compreendido pelos vossos colegas?

R – É certo que por vezes existem momentos de alguma incompreensão. É normal. O ser humano é assim mesmo. Nem sempre podemos agradar a

todos. Mas o que nos é mais gratificante é que esses momentos são cada vez mais raros e que o número de colegas que entende a razão de ser do nosso

trabalho, que, de resto, lhes é inteiramente dedicado e que constitui uma missão e uma devoção, continua a crescer em número exponencial. O eco que nos chega é cada vez mais amplificado. Ora, para esta recompensa não encontramos palavras. Porque a verdade é que não estamos na CSE para receber recompensas. Mas isso torna-se muito agradável, porque prova que nos encontramos no bom caminho. E o bom caminho é a garantia do futuro dos nossos colegas, que trabalham com dedicação e com empenhamento, bem como o futuro da instituição, como garante da solidez do sistema financeiro de que o País justifica e merece. ■

Reformados com novas e funcionais instalações

O novo espaço, já em pleno funcionamento, representa uma homenagem a todos os associados

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

As novas instalações da Comissão Sindical de Reformados entraram em pleno funcionamento dia 28 de julho. Estão situadas no 1.º andar do n.º 100 (com elevador) da rua Cândido dos Reis, no centro da cidade do Porto. As instalações revestem-se de con-



forto e de funcionalidade, embora sem luxos, e representam uma homenagem a todos os associados, reformados e no ativo, que estão convidados para uma visita e ao convívio a que permanentemente ali se assiste. As fotos transmitem o quanto vale a pena vir usufruir deste

magnífico espaço, fruto da dinâmica imprimida pela Direção, que, em conjunto com a Comissão Sindical de Reformados, não se poupa a esforços na defesa do prestígio da classe bancária que representa, que assim se deve sentir orgulhosa e delas usufruir em pleno. ■

Texto: **INÊS F. NETO**

Site vai ter nova imagem

A plataforma digital do SBSI vai brevemente aparecer aos utilizadores com uma nova imagem, mais moderna e atrativa

A no e meio após a reformulação do sítio online do Sindicato, o Pelouro da Informação considerou ser chegado o momento de refrescar a imagem.

O objetivo é apresentar aos utilizadores – associados e público em geral – um site mais dinâmico e apelativo, que facilite a consulta. O projeto está já numa fase de finalização e em breve estará acessível a todos.

Ao aceder à plataforma digital do Sindicato, o utilizador terá logo uma nova primeira página (home page), na qual vão passando imagens que destacam sete serviços do SBSI: SAMS, Contratação Coletiva, Informação, Serviços Jurídicos, Centro de Férias e Formação, Parque de Campismo e Sindicalização. Carregando em cada uma delas a entrada é imediata.

A primeira página dará também acesso, como hoje acontece, às duas grandes áreas do Sindicato – Atividade Sindical e SAMS – e ainda ao Ligue-se @ nós, a funcionalidade preferencial de contacto entre os associados e o SBSI.

Clicando numa dessas áreas, o utilizador entra no menu respetivo, onde en-



Uma das imagens da nova primeira página

contrará todos os temas de que já hoje dispõe.

Atividade sindical

Na Atividade Sindical, a nova imagem privilegiará a informação do SBSI, que ocupará o espaço central da página. As notícias sobre as atividades do Sindicato, o setor bancário e o sindicalismo nacional e inter-

nacional estarão em destaque, suportadas por fotografias que vão rodando, terminando assim com a atual visão estática.

O bloco informativo, que ocupará a parte superior da página, fica completo com as notícias da comunicação social, agora com a novidade de serem acompanhadas por foto.

Já a parte inferior da página de abertura da Atividade Sindical manterá os atuais temas, dando assim acesso aos eventos programados e às três revistas sindicais – O Bancário, Febase e Revista de Férias –, bem como a dois assuntos em destaque.

SAMS

A página do SAMS respeitará a nova "organização" do site, sendo assim semelhante, em matéria de imagem, à da Atividade Sindical.

O menu dará acesso aos temas referentes ao SAMS Social – como marcações online, Lar de Idosos, participações ou tabelas de participação – e ao SAMS PICS – Prestação Integrada de Cuidados de Saúde.

Em termos visuais, o Ligue-se @ nós seguirá o mesmo critério.

O Pelouro da Informação tem desenvolvido um esforço redobrado para aumentar o fluxo de comunicação online, pelo que desafia os associados a visitarem regularmente o site. E a nova imagem é mais um pretexto... ■

A informação terá maior destaque na página da Atividade Sindical



Karting

Coroa de louros para Carlos Gonçalves

O triunfo na derradeira prova até sorriu a Octávio Rodrigues, mas na classificação geral foi Carlos Gonçalves a fazer a festa

A final do Sul e Ilhas do 17.º Campeonato Interbancário de Karting realizou-se no dia 4 de outubro, em Évora, tendo contado com a participação de 20 concorrentes. O equilíbrio foi mais uma vez a nota dominante, à semelhança do que havia ocorrido na primeira fase, com os pilotos a chegarem ao fim muito próximos na classificação.

De relembrar que às pontuações da final são acrescentadas as obtidas na

meia-final, que foi realizada a 27 de setembro, no Bombarral.

No circuito de Évora, o mais rápido foi Octávio Rodrigues, que alcançou 15 pontos, enquanto José Feliciano foi segundo, com 13. No último lugar do pódio surgiu Carlos Gonçalves, com 11 pontos. Este terceiro lugar acabou por ser suficiente para o piloto se sagrar campeão do Sul e Ilhas, mercê de uma pontuação acumulada de 34.75 pontos.

Muito próximo do primeiro lugar terminou o campeão da edição anterior, José Feliciano, com um total de 32.25 pontos.

Já a vitória nesta última prova valeu o bronze a Octávio Rodrigues, que terminou com 31.75 pontos. António Silva, com 24.25, e Luís Simões, com 23.75, finalizaram na quarta e quinta posições, respetivamente.



Os laureados da final

A final nacional da competição teve lugar no dia 18 de outubro, no Bombarral. Daremos conta dos resultados finais em futuras publicações. ■



Uma das modalidades mais consagradas do Sindicato arrancou para nova edição. Com duas eliminatórias disputadas, são oito os concorrentes já apurados

No dia 27 de setembro teve início o 29.º Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar, tendo contado com a participação de nove concorrentes.

A bordo da embarcação "Behur", do mestre Miguel Sena, os pescadores lançaram a cana ao mar na esperança de que o peixe estivesse de feição. Neste capítulo, o mais forte acabou por ser João Nunes (GDST), com um total de 505 pontos.

O campeão em título, Bruno Ferreira (GD Banco Popular) terminou no segundo pos-

to, com 495 pontos, enquanto Luís Costa (GDCA) foi terceiro, com 390. A última vaga de apuramento foi preenchida por Carlos Figueiredo (GDCA), com 370 pontos.

A segunda eliminatória realizou-se a 4 de outubro, desta feita na embarcação "Roaz do Sado", do mestre Jorge Sena. Com sete concorrentes em jogo, Luís Ferreira (GDST) foi quem mais pontuou, com 590 pontos, seguido de Carlos Antunes (GDCTU), com 565 pontos. Na terceira posição ficou Luís Agostinho (GDMG), com 525. Mário Pereira (CMBGP) foi quarto, com 260 pontos, e segue também para a semifinal.

De recordar que a primeira fase é composta por cinco eliminatórias, sendo apurados os quatro primeiros de cada uma bem como os dois melhores 5.ºs classificados.

As restantes eliminatórias disputaram-se a 18 e 25 de outubro, pelo que daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■

Promoções

no Centro de Férias



O Centro de Férias e Formação de Ferreira do Zêzere tem um programa especial de férias sociais de outubro a dezembro.

Cumprindo a sua vocação social, este programa de férias tem preços especiais: quatro dias/três noites, incluindo os pequenos-almoços e cinco refeições, por 80 euros por pessoa em quarto duplo. A entrada é às segundas-feiras e a saída às quintas-feiras.

O programa de férias sociais destina-se aos sócios do SBSI e seus familiares, bem como dos restantes sindicatos da Febase e da UGT.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas através dos contactos:

Tel: 249 360 200;

Fax: 249 360 290;

E-mail: centroferias.formacao@sbsi.pt ■

Textos: **PATRICIA CAIXINHA**

Conselho Geral vai votar Orçamento



Uma das anteriores sessões do Conselho Geral

A reunião ordinária semestral do Conselho Geral terá lugar no próximo dia 27 de novembro

A sessão do Conselho Geral terá como ponto principal a apresentação, para aprovação, do Orçamento para 2015.

Na mesma reunião serão dadas informações sobre a situação do Contrato Coletivo de Trabalho, para além de outras informações sobre a área político-sindical e demais assuntos da vida do STAS.

É uma reunião que conta com a participação de todas as secções distritais e regiões autónomas, sendo também um momento importante para se fazer o ponto de situação dos assuntos que envolvem as estruturas e que são do interesse de todos. ■

STAS homenageia sócios

O Sindicato está a preparar a cerimónia de entrega dos emblemas comemorativos dos 25 e 50 anos de filiação



O STAS, uma vez mais, vai prestar homenagem aos seus associados. Para o efeito realiza, a 27 de novembro, uma cerimónia de entrega de emblemas às associadas e aos associados que desde os anos de 1963 e de 1988 fazem parte desta família.

A cerimónia deste ano decorrerá nas instalações da sede do Sindicato, no Largo do Intendente.

Como já é habitual, o STAS homenageia os sócios com um emblema em prata e outro em ouro que simbolizam, respetivamente, os 25 e os 50 anos de associação.

No fundo, é uma forma que o STAS encontra de expressar o seu agradecimento à sócia e ao sócio pela sua confiança no Sindicato e no seu trabalho e pela sua fidelização a esta casa.

É também nesta sessão que o STAS vê a oportunidade de preparar uma ocasião de encontros e reencontros entre colegas, ao mesmo tempo que promove um momento de convívio e conexão com os sócios que, por indisponibilidade física ou falta de tempo, não visitam as instalações há já algum tempo.

Neste momento estão a ser efetuados todos os preparativos necessários para a realização de mais um evento para os associados. Além dos convites e dos procedimentos habituais, há ainda a preparação logística, dado que está previsto um pequeno Porto de honra, para encerrar a cerimónia em celebração.

A entrega de emblemas realizar-se-á após a reunião do Conselho Geral, agendada para o início da tarde do mesmo dia. ■



Seguramente divertidos

Cerca de 700 crianças e jovens participaram este verão nos campos de férias da Jovens Seguros

setor financeiro, de modo a proporcionar às crianças e jovens momentos inesquecíveis e diferenciadores no período das férias do verão. De modo

O verão com a Jovens Seguros (Associação para o Desenvolvimento Ocupacional) significa aventura e muita diversão, sempre aliadas a uma forte componente de segurança.

A Jovens Seguros tem mantido viva a tradição dos campos de férias do



a realizar estas atividades ao longo do ano, são efetuados vários cursos certificados de monitores/animadores, de modo a garantir a qualidade e segurança do serviço prestado.

Foi assim mais uma vez neste verão: cerca de 700 crianças e jovens tiveram oportunidade de desfrutar de diferentes dinâmicas e jogos, como atividades de desporto aquático, surf e bodyboard, stand up paddle (SUP) e canoagem, bem como atividades de desporto-aventura como escalada, slide e arborismo, entre outros.

A atuação da Jovens Seguros é dividida em duas tipologias de campos de férias – aberto e fechado – podendo as crianças e jovens desfrutar de idas a praias fluviais, caminhadas e passeios por trilhos na zona rural envolvente, diurnos e noturnos, e jogos tradicionais, atividades de aventura (slide, rappel, BBT/cicloturismo, bisnaga ball), jogos de interação dos participantes com a população local (peddy-papers), entre outras, através das quais se contribui para o seu bem-estar e enriquecimento pessoal e interpessoal.

Recorde-se que as condições de associado são extensíveis a todos os trabalhadores e familiares diretos das empresas e sindicatos associados.

A Jovem Seguros conta convosco em 2015, para esta aventura inesquecível. ■





Sindicato celebra bodas de prata

Foi a 19 de março de 1989 que se realizou a Assembleia Constitutiva do SISEP. A celebração de 25 anos com os trabalhadores dos seguros decorre ao longo de 2014

TEXTO: **JORGE CORDEIRO***

Foi há 25 anos, no dia 19 de março de 1989, que se realizou a Assembleia Constitutiva para deliberar a criação do Sindicato, com o nome de SISEP, dos Profissionais de Seguros de Portugal e foram aprovados os respetivos Estatutos,

publicados no Boletim de Trabalho e Emprego no mês de abril desse ano.

Nascido da vontade indómita de um conjunto de trabalhadores com larga experiência sindical, que não se reviam na forma como eram dirigidos os sindicatos de seguros existentes, a sua base de apoio foi-se alargando gradualmente junto dos

trabalhadores de todas as seguradoras de então.

Nessa época, quem estava contra a existência do SISEP vaticinava-lhe um fim rápido, seria algo de efémero e inconsequente.

Não tiveram razão, e passados 25 anos continuamos a existir, acreditando nos mesmos princípios em que assentou a fundação do SISEP: sindicalismo livre, democrático e transparência no seu exercício, continuando, também, com o mesmo entusiasmo e perseverança na defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores de seguros, nomeadamente dos nossos associados.

Na verdade são os associados a razão de ser da existência do SISEP e que devem merecer por parte dos dirigentes do Sindicato todo o esforço, empenho e dedicação na defesa e consagração dos seus direitos, liberdades e garantias, que até são tutelados pela Constituição da República, mas que, infelizmente, por vezes são menosprezados por entidades empregadoras com práticas retrógradas.

Ao longo destes vinte e cinco anos verificam-se mudanças no sindicalismo, nomeadamente na crescente hostilidade de pessoas e grupos que influenciam a opinião pública, e que vão transmitindo a mensagem de que os sindicatos são agentes do retrocesso civilizacional.

Mantemos a convicção que os sindicatos são necessários e que sem eles a vida dos trabalhadores seria menos valorizada, mais penosa e sujeita a condições de trabalho desrespeitosas dos seus direitos.

A confiança que os trabalhadores de seguros depositaram no SISEP é motivo de orgulho mas, também, de grande responsabilidade. Tudo faremos para corresponder.

Sabemos o que queremos para os nossos trabalhadores de seguros! ■

*Diretor Executivo do SISEP



As primeiras eleições



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de agosto

TEMA - COISAS E GENTES DA MINHA TERRA



"Regresso a casa"
Francisco Oliveira



"Um Homem"
José Pinto



"Gerês iluminado"
José Canelas



"Noites d'encanto I"
Jorge Araújo



"O elétrico amarelo"
Manuela Viola



"À espera"
Paulo Cruz

TEMA - LIVRE



"Amanhecer no Guadiana"
Jorge Araújo



"Caracol"
Emanuel Pontes



"Felicidade..."
Paulo Jorge



"Perdido no horizonte"
José Canelas



"Espelho meu"
Francisco Oliveira



"Sempre útil"
Aires Pereira



Unidos na defesa
de **80.000 trabalhadores**
do setor financeiro